

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Lei Municipal nº. 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº. 2781/2011

Ata nº. 007/2014

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de
2 Santos – CMAS, realizada no dia 05 de maio de 2014, na sede da Casa de
3 Participação Comunitária, situada à Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Santos/SP, com a
4 presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo
5 que faz parte integrante desta ata. Em segunda chamada, a Sra. Maria de Lourdes
6 Braz Joaquim Velasques, Presidente, cumprimenta e agradece a presença de todos os
7 presentes e passa a seguir para o **Item 1 - Apreciação e Deliberação da ata da**
8 **Assembleia Geral Extraordinária do dia 21/03/2014 e apreciação da ata da**
9 **Assembleia Geral Ordinária do dia 01.04.2014. APROVADAS. Item 2 - Relato das**
10 **Comissões Temáticas:** A Sra. Luana, conselheira, faz o relato da Comissão II -
11 Política de Assistência Social; a Sra. Josenice, conselheira, faz o relato da Comissão III
12 - Acompanhamento de Padrões de Qualidade dos Benefícios, Serviços, Programas e
13 Projetos da Assistência Social; o Sr. Antônio, conselheiro, fez o relato da Comissão IV -
14 Legislação e Normas da Assistência Social; todas as atas estão disponíveis para
15 consulta neste conselho. O Sr. Leandro, vice-presidente, informa que não houve
16 reunião da Comissão V - Acompanhamento das Deliberações da Conferência - por não
17 haver quórum no dia 25 de abril. **Item 3 - Relato das Comissões: ODM, CMPETI,**
18 **COMAD, COMAIDS, CONDEFI, CEVISS, Comissão de Acompanhamento do Mapa**
19 **Prefeito Amigo da Criança e Instância de Controle Social do Programa Bolsa**
20 **Família:** A Sra. Luana, conselheira, relata que em reunião no mês passado a
21 Comissão da ODM, teve como pauta a comemoração do centenário de Saturnino de
22 Brito. CMPETI – a Sra. Josenice, conselheira, relata ter sido discutido a erradicação do
23 trabalho infantil, onde a Sra. Rejane, chefe de departamento da proteção social
24 especial – SEAS teve a palavra e explicou qual o papel da SEAS junto ao CMPETI e
25 da campanha financiada no valor de R\$ 60 mil Reais, que a campanha prevê a
26 divulgação nas escolas e comunidade. Em seguida foi explicado o dia do combate ao
27 trabalho infantil que a principio seria no dia 12 de junho, porém é o mesmo dia de início
28 da Copa, então será adiado esta data; a instituição POIESIS trouxe uma proposta de
29 projeto junto ao CMDCA; e a Sra. Rejane explicou sobre o projeto Construindo Futuro
30 em parceria com a SEAS e a ONG Estrela do Mar. O Sr. Ari, conselheiro, traz o relato
31 do COMAD – que as pré-conferências foram prorrogadas até o dia 16 de maio para
32 que assim tenham maior análise das propostas, as entidades que desejarem realizar
33 pré-conferência podem entrar em contato aqui com a Casa de Participação
34 Comunitária, a data oficial da Conferência será nos dias 30 e 31 de maio, na
35 UNISANTOS – situada na Av. Conselheiro Nébias, nº 300. A Sra. Adriana, secretaria
36 executiva, pergunta quem compareceu na audiência pública, e a Sra. Rejane informa
37 ter comparecido, a audiência com o chamado referente à internação compulsória,
38 tratou apenas sobre o trabalho realizado pelas instituições Missão Belém e Vidas
39 Recicladas. A Sra. Adriana, secretaria executiva, esclarece a todos o chamamento
40 desta audiência: sugerir a implementação de medidas eficazes quanto ao
41 encaminhamento de dependentes químicos para a internação compulsória do
42 município, bem como, discutir as ações de prevenção e combate as drogas tóxicas
43 dependentes. A Sra. Presidente Maria de Lourdes salienta que a proposta apresentada
44 não teve nada a ver com a apresentação da audiência. O Sr. Igor, conselheiro, diz que
45 existe um grupo temático entre os Vereadores que se chama Internação Compulsória,

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Lei Municipal nº. 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº. 2781/2011

Ata nº. 007/2014

46 e que nenhuma das entidades presentes falou sobre o tema da audiência que era:
47 ações de prevenção e combate às drogas tóxicas dependentes, só reafirmaram seus
48 próprios projetos que estão com este convênio que está a cima de tudo e todos onde
49 nenhum conselho pode questionar e no final quiseram fazer uma oração, então não
50 houve debate. A Sra. Luci Freitas, colaboradora, sugere que seja feita uma moção de
51 repúdio, pois isto não esta dentro da política e que devemos nos apropriar do Termo de
52 Adesão. A Sra. Presidente Maria de Lourdes salienta que todo este trabalho esta sendo
53 feito pela Saúde, existe um conselho de Saúde, existe os organismos da Saúde e não
54 nos compete neste momento fazer o contraponto, cabe aos Conselhos Profissionais
55 CRP e CRESS fazer uma leitura e ter conhecimento e como sugestão podemos estar
56 analisando este tema dentro de uma Câmara pois a questão das drogas perpassa por
57 todos os nossos equipamentos, a exemplo: CREAS POP, Abrigo, do qual recebemos
58 denúncia do uso de drogas dentro dos equipamentos. E que podemos sim ter acesso
59 ao Termo de Adesão, pois é dinheiro público. O Sr. Igor, conselheiro, informa que o
60 CRP está acompanhando. A Sra. Silvana, conselheira, ressalta que devemos fazer
61 uma ação conjunta entre os conselhos. O Sr. Leandro, vice-presidente, sugere que ao
62 invés deste tema ser incorporado as Comissões, que seja criado um Grupo de
63 Trabalho Técnico convidando os demais conselhos pertinentes a participarem. A Sra.
64 Presidente coloca para assembleia que é unânime em aceitar a criação deste grupo e
65 já se declaram entre os presentes os conselheiros que irão compor este GTT: Igor,
66 Silvana, Marilene Rabelo, Maria de Lourdes, Ari, Luciene e a colaboradora Luci Freitas.
67 A Sra. Ilka Conti, assistente social, diz que gostaria de propor para o Departamento de
68 Gestão ao qual pertence indique alguém para participar deste grupo. No próximo dia
69 23/05 às 14h30min o GTT Álcool e Droga, irá se reunir aqui na Casa da Participação.
70 COMAIDS - não houve relato porque não houve reunião. CONDEFI - não houve relato.
71 CEVISS – a Sra. Ana Lucia, conselheira, informa que ainda irá acontecer esta reunião.
72 Comissão de Acompanhamento do Mapa Prefeito Amigo da Criança – o Sr. Leandro,
73 vice-presidente, relata que foi apresentado o orçamento liquido executado Fundo
74 Municipal do CMDCA do ano de 2012, tinham estimado R\$ 1.349.000,00 (um milhão,
75 trezentos e quarenta e nove mil reais) e foi executado R\$ 834.000,00 (oitocentos e
76 trinta e quatro mil reais) e que também deve ter como base o Plano Decenal da Criança
77 e do Adolescente que é uma Resolução do CONANDA. Foi sugerido que se utilizasse o
78 SIPIA para ter como base de um diagnóstico do município no atendimento de crianças
79 e adolescentes, e o prazo final que o município tem para fechar este diagnóstico é 20
80 de dezembro de 2014. Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família – o Sr.
81 Leandro fez o relato: realizou-se no CRAS do Bom Retiro e mais uma vez lamenta-se a
82 ausência da Saúde, a SEDUC apresentou os dados de 2013, a SEAS apresentou um
83 plano para utilização do Índice de Gestão Descentralizada – IGD, e ainda continua a
84 proposta da realização de um seminário territorializado para se discutir qual o papel de
85 cada um dentro do Programa Bolsa Família. **Item 4 - Apreciação e Deliberação do**
86 **Ordenamento Técnico do Plano de Ação do projeto Construindo o Futuro da**
87 **entidade Associação de Promoção e Assistência Social Estrela do Mar –** A Sra.
88 Presidente Maria de Lourdes pede autorização à assembleia para passar uma
89 informação, antes da apresentação do item 4. Todas as instituições inscritas no CMAS
90 e que recebam recursos do poder público, teriam até o dia 30 de abril para apresentar

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Lei Municipal nº. 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº. 2781/2011

Ata nº. 007/2014

91 o Relatório Anual de Atividades e este ano foi publicada no Diário
92 Oficial, foi enviado e-mail e também um ofício para cada instituição. Deixaram de
93 apresentar o relatório até o dia 30/04/2014 - quatro instituições, são elas: APPC –
94 Associação dos Portadores de Paralisia Cerebral; Associação de Promoção e
95 Assistência Social Estrela do Mar; Associação Vidas Recicladas e Associação Grupo
96 Espírita João Cabete, este último possui inscrição de três projetos, tendo entregue
97 apenas a documentação para um, portanto duas inscrições pendentes pois deveriam
98 ter apresentado os relatórios distintos. A Sra. Adriana, secretaria executiva, informa
99 que por normativa as instituições que não apresentaram a documentação para
100 revalidação terão suas inscrições no CMAS canceladas. A Sra. Presidente Maria de
101 Lourdes salienta que pelo regimento e regulamento não há como alegar o
102 desconhecimento, pois o CMAS teve um cuidado extremo de avisar a todos com
103 antecipação por ofício, e-mail e publicação no Diário Oficial. O Sr. Leandro informa que
104 esta deliberação não é do CMAS e sim uma deliberação Nacional, do CNAS por meio
105 da RN 16/2010. A Sra. Presidente Maria de Lourdes coloca para assembleia se iremos
106 apreciar e deliberar o Ordenamento Técnico do Plano de Ação do projeto Construindo
107 o Futuro da entidade Associação de Promoção e Assistência Social Estrela do Mar
108 porque neste momento ela está sem a inscrição no CMAS; a Sra. Lucilene sugere que
109 se oficie estas instituições e de mais um prazo para a entrega destes relatórios. A Sra.
110 Rejane informa que entrou em contato com o coordenador da ONG Estrela do Mar e o
111 mesmo se demonstrou surpreso com esta situação, e diz que não sabia e não recebeu
112 esta informação. A Sra. Presidente Maria de Lourdes coloca para a votação se a
113 plenária aceita que as referidas instituições tenham uma prorrogação na entrega dos
114 relatórios até o dia 09 de maio de 2014 – APROVADO. A Sra. Presidente Maria de
115 Lourdes pede que no ofício que será encaminhado para estas as instituições contenha
116 que as mesmas deixaram de entregar no prazo estipulado pelo CMAS e que a
117 assembleia deliberou somente mais esse prazo. A Sra. Presidente Maria de Lourdes
118 lembra que o CMAS deliberou que um representante da instituição estaria presente
119 todas as vezes que fossem feita prestação de contas das mesmas; então hoje neste
120 apresentação não se faz presente nenhum responsável pela instituição Estrela do Mar.
121 A Sra. Rejane – representante da SEAS fez o relato do item 4, referente a este
122 convênio entre a Prefeitura e a Estrela do Mar para abordagem social de crianças e
123 adolescentes em situação de trabalho infantil, é um trabalho de reconstrução de
124 vínculos, houve um reordenamento nas equipes e hoje temos um coordenador que é o
125 Sr. Pe. Valfran, um psicólogo e duas assistentes sociais, sendo duas equipes de 6
126 horas cada uma. A interlocução com o CREAS esta fluindo melhor, foram criados
127 instrumentais de relatórios. Na supervisão temos a Bel Kalil. Telefones onde podemos
128 denunciar: Disque 100, 0800 17 77 66 o do Projeto Construindo o Futuro 7824-4402 e
129 7816-1858. NÃO APROVOU – a plenária irá aguardar a entrega do relatório para
130 apreciar e deliberar em próxima assembleia. **Item 5 - Relato da reunião do Fórum**
131 **Regional de Assistência Social-FRAS** o Sr. Leandro fez o relato onde a pauta foram
132 às deliberações da Conferência Nacional, o que avançou ou não, e percebeu-se que
133 pouca coisa avançou como a capacitação por meio do CAPACITASUAS-MDS e o
134 próprio reordenamento do serviço de alta complexidade para criança e adolescente
135 como aumento do repasse e outra pauta foi a discussão sobre o trabalho social nos

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Lei Municipal nº. 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº. 2781/2011

Ata nº. 007/2014

136 municípios, a RN 16 referente às inscrições e a vigilância socioassistencial. A DRADS
137 propôs um encontro aberto a todos, que será realizado em agosto onde o tema será a
138 vigilância socioassistencial nos municípios, tratou-se também do serviço fortalecimento
139 de vínculo de 18 até 59 anos que é um vácuo que existe e será tratado por meio de
140 Resolução Normativa. Tratou-se do Piso Social Paulista que os únicos municípios da
141 Baixada Santista que estão recebendo este “plus”, pois atingiram 90% da meta são:
142 Santos, Mongaguá e Peruíbe. **Item 6 - Relato da Reunião Nacional de Gestores**
143 **Municipais de Assistência Social – CONGEMAS** A presidente Sra. Maria de Lourdes
144 fez o relato, o mesmo se encontra no anexo desta ata e será enviado através de e-mail
145 a todos os conselheiros. O Sr. Leandro, vice-presidente, fez o relato que a implantação
146 da vigilância socioassistencial é possível e necessária, que deverá seguir a NOB 2012
147 e o Pacto de Gestão 2014-2017. A Sra. Flávia Valentino, conselheira, informa que
148 mesmo tendo a assembleia aprovado a ida ao CONGEMAS por meio da ATA do dia
149 01/04/2014 linha 93, por contenção de despesas a SEAS só custeou a ida da
150 Presidente do CMAS e do Sr. Leandro representando a SEAS. O Sr. Leandro pede a
151 palavra e informa que a solicitação foi feita do CMAS para a SEAS, mas em
152 decorrência ao incêndio que o município sofreu muitos funcionários foram ajudar e
153 quando foram fazer a compra das passagens de avião o valor já estava mais de R\$ 8
154 mil Reais e neste valor já entra em processo licitatório, então para que não entrasse em
155 processo licitatório houve uma redução de números de participantes para que assim
156 pudessem participar e representar o município. A Sra. Presidente Maria de Lourdes
157 informa que a sua ida para Brasília, junto com a Sra. Adriana e o Sr. Leandro, cada um
158 está pagando a suas próprias passagens com seus próprios recursos. O Sr. Leandro
159 diz que esta prática dos próprios conselheiros comprarem suas próprias passagens
160 acaba saindo mais barato, do que passar por todo o processo de compra da SEAS.
161 **Item 7 – Informes do Gestor:** O Sr. Leandro, vice-presidente, informa que mais uma
162 vez o município de Santos foi reconhecido pelo seu trabalho e estava concorrendo a
163 um prêmio em que a gestão do SUAS apresentava um artigo sobre o diagnóstico e
164 este artigo foi selecionado e apresentado em Cuiabá e acabou sendo semifinalista e foi
165 reconhecido pelo gestor como boa pratica na implantação da vigilância
166 socioassistencial e o município de Vitória foi a finalista. **Item 8 – Informes do CMAS:** A
167 Sra. Presidente Maria de Lourdes informa ainda que não foi apresentado o Relatório
168 Físico do 1º trimestre. A Sra. Flávia Sammarco, chefe de departamento da proteção
169 social básica informa que por conta do incêndio ainda não houve esta apresentação. A
170 Sra. Presidente Maria de Lourdes, pede então para que na próxima AGO em junho
171 ocorra esta apresentação. A Sra. Presidente Maria de Lourdes, informa que teremos
172 que fazer uma visita de fiscalização na entidade Estela Maris e para isto precisamos de
173 dois conselheiros, a Sra. Jô e a Sra. Marilene o dia fica a critério das conselheiras
174 marcarem. A Sra. Presidente Maria de Lourdes fez o relato da denúncia que
175 recebemos referente ao Abrigo CA, a mesma se encontra no anexo desta ata, onde
176 relata a falta de higiene e condição de moradia, o CMAS fez esta visita no dia 24/04
177 com as seguintes conselheiras: Sra. Maria de Lourdes, Sra. Flávia Valentino e a Sra.
178 Silvana Marina Correia, o relatório desta visita se encontra na íntegra no anexo desta
179 ata, no qual se pode verificar a veracidade da denúncia. Este relatório será
180 encaminhado com a deliberação da assembleia para a SEAS. A Sra. Viviane –

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Lei Municipal nº. 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº. 2781/2011

Ata nº. 007/2014

181 psicóloga representante do Lar Veneranda informa que não é a primeira vez que
182 denunciam o Abrigo CA e que no final do ano passado houve uma denuncia com o
183 mesmo teor. A Sra. Flávia Dômenica – coordenadora técnica do serviço de alta
184 complexidade diz que a primeira denúncia do ano passado foi um abaixo assinado dos
185 funcionários onde se colocava um prazo para se resolver a questão da medicação das
186 crianças. Esclarece que dentro dos competes do operador social está o de ministrar a
187 medicação via oral prescrita pelo médico. E quanto à carga horária a mesma estava
188 descrita no edital do concurso aos quais estes operadores passaram, que é uma escala
189 de 6 horas por dia com uma folga por semana e não há como mudar esta escala de
190 serviço, pois é um serviço que funciona 24 horas e é uma briga sindical. No final de
191 cada ano recebemos a visita dos técnicos do MP da Infância que fazem relatórios. A
192 Sra. Rejane diz que enviou estes relatórios assim que assumiu a chefia, porém a Sra.
193 Presidente Maria de Lourdes diz que até a presente data não tem conhecimento destes
194 relatórios. Continuando a explicação a Sra. Flávia Domênica diz que o serviço recebeu
195 uma ótima avaliação dos critérios técnicos. Com referência a visita da Vigilância
196 Sanitária e a do Corpo de Bombeiros, foi uma deliberação do Promotor, pois todos os
197 serviços precisam ter laudo destes dois órgãos. O Abrigo CA está em obra desde
198 dezembro de 2013 e isto causa alguns transtornos, em relação à limpeza o abrigo
199 estava sujo e foi feito uma escala de horário de trabalho e um cronograma de limpeza.
200 É obrigação dos operadores sociais orientar estas crianças quanto ao cuidado com a
201 limpeza e organização de seus pertences, respeitando sempre a capacidade de cada
202 um. Com relação à discussão entre uma funcionária e uma adolescente, isto ocorreu, a
203 funcionária estava errada em discutir, porém segunda a funcionária isto se deu a forma
204 errada que esta adolescente segurava o seu bebê e esta adolescente quer que os
205 funcionários do abrigo cuidem do bebê enquanto ela sai para rua, e isto não será
206 admitido e quando ela for desacolhida isto acontecerá junto com o filho dela, pois ela
207 completará 18 anos em 2015 e está sendo feito um trabalho todo para este
208 desabrigamento. Os funcionários não fumam dentro do abrigo e sim fora, inclusive esta
209 adolescente fuma e como ela está amamentando foi orientada a não fumar. A Sra.
210 Silvana pede a palavra e afirma que os funcionários da SECED estavam fumando no
211 quintal, onde está sendo realizada a obra. A Sra. Presidente Maria de Lourdes lembra
212 que existe uma Lei onde é proibido fumar em locais fechado. A Sra. Flávia Domenica
213 afirma que os funcionários do abrigo não fumam dentro do abrigo. A conselheira pede a
214 palavra e salienta que em relação ao horário de entrada no serviço que é às 7:30 e os
215 funcionários da limpeza e cozinha só chegam às 8:25 isto tem que ser tomado uma
216 atitude a este respeito. A Sra. Flávia Domênica diz que estava acostumada a trabalhar
217 em lugares que tinham a biometria e apesar de alguns acharem ruim para ela isto é
218 necessário. A Sra. Presidente Maria de Lourdes pede para que os funcionários da
219 limpeza e da cozinha sejam enquadrados em suas responsabilidades. A Sra. Rejane
220 pede a palavra e diz que estava pessoalmente no dia do concurso de operador social e
221 foi deixado bem claro qual era o papel pedagógico do operador, e que existe certa
222 convivência em informar o que interessa, se atende aos seus próprios interesses, uma
223 vez que estas e outras ocorrências deveriam ser sempre avisadas as suas chefias,
224 coordenação ou departamentos. Reuniões são feitas todas as quintas-feiras no Abrigo
225 CA, porém nem todos comparecem, uma vez que não é obrigatório ir já que são

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Lei Municipal nº. 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº. 2781/2011

Ata nº. 007/2014

226 realizadas fora do horário de trabalho deles. Enquanto operador social só se educa
227 quanto damos o exemplo. Há alguns casos de gente que entra como operador social
228 apenas para burlar caminhos de ascensão de cargo dentro do serviço público. A Sra.
229 Fernanda Souza, conselheira, pergunta uma vez que o operador social não está
230 cumprindo com suas obrigações ele não pode ser desligado do cargo; a Sra. Rejane
231 responde que ele tem uma estabilidade de 5 anos no serviço público e quando isto
232 ocorrer ele é trocado de equipamento. O Sr. Leandro pede a palavra e diz que ficou
233 claro que é uma briga interna entre os funcionários deste abrigo com as chefias, que a
234 visita foi válida mais que infelizmente o CMAS acabou sendo usado como um
235 subterfúgio. A Sra. Presidente Maria de Lourdes salienta que o uso do CMAS foi para
236 uma denúncia em coisas que existem. O Sr. Leandro salienta que o CMAS deve se
237 ater se as políticas estão sendo executadas e cabe a SEAS a gestão do cumprimento
238 em relação ao horário dos funcionários e que não se faz necessário oficial a SEAS se a
239 resposta já foi dada agora e que poderíamos agora juntos com a SEAS articular par
240 que daqui um mês iremos fazer uma nova visita em conjunto com a SEAS pois não
241 adianta só apontar, mais construir e resolver os problemas coletivamente. A Sra.
242 Silvana, conselheira, pede que se envolva o CMDCA no que se refere ao Abrigo CA. A
243 Sra. Presidente Maria de Lourdes propõe que se faça uma reunião entre a SEAS, o
244 CMAS e o CMDCA referente a esta denúncia: APROVADA. **Item 9 – Informes dos**
245 **trabalhadores do SUAS:** o Sr. Igor, conselheiro, faz um convite para o dia 15 de maio
246 às 19 horas onde acontecerá uma mesa de debate com o tema da
247 desinstitucionalização de crianças e adolescentes. Local: UNISANTOS, na sala 201, e
248 no dia 16 de maio no Cine Roxy em São Vicente o tem será sobre parto humanizado.
249 **Item 10 - Assuntos Gerais:** a Sra. Luana, conselheira, passa um questionário para
250 quem quiser responder referente às competências dos conselheiros. A Sra. Luci
251 Freitas, colaboradora, entrega a mesa diretora um material referente ao censo da
252 população em situação de rua publicado do D.O. no dia 20/02/2014 página 40. A Sra.
253 Adriana, secretaria executiva, socializa o convite da Casa da Criança para um jantar de
254 aniversário que será realizado no dia 17 de maio, o valor do convite individual será de
255 R\$ 60,00 (sessenta reais) com tudo incluso. A Sra. Mônica, assistente social, faz a
256 apresentação de um vídeo do trabalho realizado pelo Instituto Energia. Sem mais
257 assuntos a tratar, a Assembleia foi encerrada pela Presidente e eu Flávia Valentino,
258 lavrei a presente ata, a qual se apresenta assinada por mim e pela Presidente, Sra.
259 Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques.

260

261

262 Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques

Flávia Valentino

263 Presidente

1ª Secretaria

264